



PARECER SEI Nº 3049/2024/MF

Ato Preparatório. LAI - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, art. 7º, § 3º; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, art. 3º, inciso XII, e art. 20. Licitação. MINUTA DE EDITAL E ANEXOS. PREGÃO – SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. Análise da minuta de edital de pregão eletrônico e anexos, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em elevadores; incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e atendimento emergencial, do Complexo Fazendário da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM. Lei nº 14.133/2021 e regulamentação pertinente. Aprovação condicionada.

Processo SEI nº 10280.726744/2024-98

I – RELATÓRIO

1. A Superintendência da Receita Federal do Brasil – 2ªRF submete ao crivo desta Assessoria Jurídica, para exame e parecer nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, processo de licitação, na modalidade pregão eletrônico, para a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em elevadores; incluindo o fornecimento de peças, componentes, insumos e atendimento emergencial, do Complexo Fazendário da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM.

2. Nesta data, o processo encontra-se instruído com os seguintes documentos relevantes à análise da demanda:

- a) Documento de formalização da demanda (SEI 44067940);*
- b) Declaração de Reserva de recursos (SEI 44067947);*
- c) Estudo Técnico Preliminar nº 64/2024 (SEI 44067948) e aprovação (SEI 44067958);*
- d) Matriz de Gerenciamento de Riscos (SEI 44067950);*
- e) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (SEI 44067961);*
- f) Relatório de pesquisa de preços (SEI 44067975);*
- g) Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (SEI 44067980);*
- h) Termo de Referência (SEI 44067984) e aprovação (SEI 44067987);*
- i) Minuta de Edital (SEI 44067964);*
- j) Minuta de Contrato (SEI 44067967);*
- k) Portaria com designação da equipe de planejamento da contratação e Portaria com designação do Agente de Contratação e equipe de apoio (SEI 44067994);*
- l) Lista de verificação (SEI 44067995);*
- m) Termo de responsabilidade (SEI 44067989);*
- n) Despacho de autorização para contratar (SEI 44067996).*

3. É o breve relatório.

II – DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

5. Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC nº 7, que assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

6. Feita a ressalva, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

III – ANÁLISE

Adequação da modalidade licitatória

7. O objeto da presente licitação foi classificado pela unidade demandante como serviço comum de engenharia (SEI 44067980).

8. Segundo o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, serviço de engenharia é toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

9. Deve-se certificar, portanto, que o objeto pretendido pela Administração não se enquadra como obra - assim definida pela nova Lei:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

10. Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 54/2014, compete ao administrador definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, à luz de um juízo técnico que em última instância é insindicável pelo exame estritamente jurídico.

11. Ademais, o pregão deve ser adotado *"sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"*, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que previu expressamente a sua aplicação também aos serviços comuns de engenharia.

12. No caso em análise, o Estudo Técnico Preliminar (SEI 44067948), o Termo de Referência (SEI 44067984) e o Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (SEI 44067980) atestaram que os serviços em questão podem ser enquadrados como serviços comuns de engenharia, motivo pelo qual é adequada a realização do pregão eletrônico para a contratação.

Critérios de sustentabilidade socioambiental

13. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública federal são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos (Parecer nº 01/2021 da Câmara Nacional de Sustentabilidade da AGU).

14. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato ou de direito.

15. No intuito de contribuir para o exercício desse poder-dever, a Advocacia-Geral da União publicou o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no qual o administrador público encontrará subsídios que o ajudarão a trilhar o caminho da sustentabilidade. Cabe ao órgão verificar as eventuais disposições do Guia que possam incidir na execução do objeto ora licitado, seja quanto aos materiais e equipamentos a serem incorporados à edificação, seja quanto aos serviços a serem prestados pela contratada - e confirmar sua devida inserção nas peças licitatórias.

16. No processo em análise, o Termo de Referência (SEI 44067984) aponta que:

"4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.7.1. Adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: a) Racionalização de uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Racionalização/economia no consumo de energia e água;

(...)

4.7.2. Além de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços quando couber, de forma a não frustrar o caráter competitivo do certame, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

(...)".

Do planejamento da licitação

17. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12

contrato e um único fornecedor, devido à completa interação e interdependência de todos os serviços envolvidos. Essa decisão se embasa em diversas considerações fundamentais que refletem a complexidade e a interdependência dos serviços envolvidos, com destaque para:

Interdependência dos Serviços: Os serviços necessários para a intervenção nos imóveis da Receita Federal do Brasil são intrinsecamente interdependentes. Cada elemento está diretamente relacionado a outros, de modo que qualquer modificação ou atraso em um serviço afetaria o andamento do todo. Isso torna a divisão dos serviços em múltiplos contratos impraticável e ineficiente.

O serviço envolve um conjunto de trabalhos técnicos específicos, indivisível por sua natureza de integração e absoluta necessidade de compatibilidade entre suas partes. Isso torna inaplicável a divisão em diferentes lotes.

Coordenação Unificada: A organização em um único contrato permite que a empresa contratada assuma a responsabilidade total pela coordenação e execução de todos os serviços. Isso garante uma gestão mais eficaz e uma única fonte de responsabilidade, simplificando a comunicação e a resolução de problemas durante o desenvolvimento do projeto.

Redução de Riscos: A concentração de todos os serviços em um único contrato reduz potenciais riscos de coordenação e conflitos entre diferentes contratados. Isso minimiza a probabilidade de atrasos, conflitos de interesses e litígios, resultando em maior previsibilidade e controle.

Economia de Recursos Financeiros: A contratação de um único fornecedor, em vez de vários, pode levar a economias significativas em termos de custos administrativos e operacionais, uma vez que elimina a necessidade de gerir múltiplos contratos e processos de licitação.

Facilidade na Tomada de Decisões: Uma única empresa contratada simplifica o processo de tomada de decisões, o que é crucial. Evita-se a necessidade de coordenar diversas partes interessadas e garantir o alinhamento de diferentes visões e abordagens.

Garantia de Coerência e Qualidade: Com um único fornecedor responsável por todos os serviços, há uma maior probabilidade de garantir que todas as partes sigam uma visão unificada, mantendo a coerência e a qualidade em todas as etapas do processo.

Portanto, diante da profunda interdependência dos serviços, das vantagens em termos de coordenação, controle de riscos e economia de recursos, a decisão de não parcelar a solução e licitar em item único se justifica como a abordagem mais eficaz e eficiente para a realização da intervenção nos imóveis da Receita Federal.

(...)"

23. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021, *verbis*:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

24. Observa-se que a divisibilidade do serviço esbarra em questões de ordem técnica e econômica, motivo pelo qual o § 1º do art. 47 da Lei 14.133, de 2021, confronta viabilidade técnica; custos e vantagens do parcelamento e ampliação da competitividade. Estes fatores devem nortear a decisão do gestor.

25. Considerando o objeto a ser contratado e as razões de ordem técnica e econômica apresentadas, considera-se justificável a opção pelo não parcelamento da solução.

26. Quanto ao despacho de aprovação do Estudo Técnico Preliminar, encontra-se no Doc SEI nº 44067958.

27. No Doc. SEI 44067994, é possível localizar a portaria com a designação da equipe de planejamento da licitação e a portaria com a designação dos Agentes de Contratação e equipe de apoio.

28. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no Decreto nº 11.246, de 2022. Por conta de sua relevância, convém registrar que o seu artigo 12 tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

29. Sobre o tema, também vale atentar acerca do entendimento firmado no âmbito do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos acórdãos nº 2.448/2019-Plenário e 1.278/2020- Primeira Câmara, de forma que seja evitada a participação de servidor na fase interna do pregão eletrônico (como integrante da equipe de planejamento) e na condução da licitação (como pregoeiro ou membro da equipe de apoio), sob o risco de violação ao princípio da segregação de funções, sendo necessário justificar e documentar, nos autos, as razões para eventual inobservância de tal princípio.

30. Em razão das peculiaridades do objeto, a equipe de planejamento deve ter integrante com formação em engenharia e/ou arquitetura. Confira-se, nesse sentido, os ditames abaixo da IN SEGES/MP nº 05, de 2017:

Art. 22, § 1º A equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

31. Vislumbrando a Portaria SRRF02 nº 233, de 27 de abril de 2023 (SEI 44067994), não é possível verificar se os servidores designados possuem formação adequada para acompanhamento das etapas do planejamento da contratação. Recomenda-se que a Administração declare expressamente se os integrantes da equipe de planejamento possuem formação em engenharia e/ou arquitetura.

32. Verifica-se a juntada da autorização para celebração de novo contrato, nos termos do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 (SEI 44067996).

33. Nesse ponto, registra-se a necessidade de que a Administração observe a nova disciplina normativa delineada nos arts. 7º a 9º da Lei nº 14.133/2021, que tratam dos requisitos para a designação de agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021.

34. Prosseguindo, conforme se extrai do *caput* do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

35. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei

36. Cabe também alertar que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

37. No caso concreto, a declaração da Administração informando que a despesa decorrente da contratação está devidamente prevista nas leis orçamentárias encontra-se no Doc. SEI nº 44067947.

38. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece ainda que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

39. O Gerenciamento de Risco se materializa pelo denominado “Mapa de Riscos” e deverá ser confeccionado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023, disponível em <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/saiba-como-guia-elaborado-pela-agu-e-pelo-ministerio-da-gestao-facilitara-contratacoes-publicas-em-todo-o-pais>.

40. Além disso, a Administração deve atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.

41. No presente caso, foi juntado aos autos o Mapa de Riscos da contratação (SEI 44067950). Cumpre ao gestor certificar-se de que o documento está de acordo com o modelo disponível no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2 do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação.

42. O Mapa de Riscos deve ser reanalisado conforme avança o planejamento da contratação, haja vista o constante aumento de elementos a melhor precisar as suas necessidades e vicissitudes, deverá ser atualizado e juntado: 1) ao final da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, 2) ao final da elaboração do Termo de Referência, 3) após a fase de Seleção do Fornecedor e 4) após eventos relevantes. O êxito no planejamento da contratação passa necessariamente por uma análise perspicaz dos possíveis riscos que possam afetar a sua correção e uma antevisão das medidas mais eficazes de prevenção e contenção dos danos que daqueles decorrem.

43. Recomenda-se, portanto, a atualização do mapa de riscos ao final de cada uma das fases acima indicadas.

44. Finalmente, ainda quanto aos aspectos formais da fase de planejamento da licitação, nota-se que o órgão instruiu o processo com a lista de verificação disponibilizada pela AGU para contratações desta natureza (SEI 44067995).

IV – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DAS LICITAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

45. A licitação de obras ou serviços de engenharia sujeita-se à incidência de procedimentos e disposições peculiares, oriundos principalmente do Decreto nº 7.983/2013, aplicável também aos certames regidos pela Lei nº 14.133/2021, conforme IN SEGES/ME nº 91/2022 - e também da jurisprudência consolidada do TCU.

46. O Termo de Justificativas Técnicas Relevantes lançado pela CGU/AGU traz as principais diretrizes aplicáveis, com detidos esclarecimentos técnico-jurídicos, acerca de cada tópico.

47. O referido documento foi juntado aos autos no Doc. SEI nº 44067980.

48. Assim, em caso de dúvida, sugere-se a pronta consulta ao referido documento - cujo conteúdo não será aqui reproduzido, para fins de racionalização e eficiência, exceto quanto aos tópicos que demandarem adequação ou esclarecimentos específicos na presente licitação. No mais, por tratar-se de matéria eminentemente técnica, o órgão de assessoramento jurídico não dispõe de conhecimento especializado para atestar o cumprimento de cada previsão. Cumpre registrá-las genericamente para que o setor técnico do órgão realize tal avaliação de forma conclusiva.

Definição do regime de execução

49. O órgão indica, no item 1.3 da minuta de Contrato (SEI 44067967), que o regime de execução é o da empreitada por preço unitário.

50. Considerando que a escolha entre os regimes de empreitada terá impacto significativo no curso do contrato, no que diz respeito aos critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, às medições e ao regime de pagamento, às modificações contratuais qualitativas/quantitativas, incluindo a margem de tolerância para as alegadas falhas estruturais e de dimensionamento do projeto básico, dentre outros aspectos, é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade.

51. Como não compete a esta Divisão adentrar em aspectos técnicos relacionados à robustez e precisão dos cálculos utilizados para a definição do regime de contratação, a orientação jurídica se resume às questões acima mencionadas, que devem guiar o órgão nas tomadas de decisão.

Formulação das composições dos custos unitários dos serviços

52. Nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º do Decreto nº 7.983/2013, o orçamento de referência deve adotar custos unitários menores ou iguais àqueles inscritos no SINAPI para todos os insumos (materiais, mão de obra e equipamentos) que possuam equivalência na referida tabela.

53. Apenas em caso de inviabilidade de adoção dos custos de referência do SINAPI é que o orçamentista poderá recorrer aos demais métodos autorizados pela Lei nº 14.133/2021, na seguinte ordem:

- 1. utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;*
- 2. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
- 3. pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.*

54. Já o art. 6º do Decreto nº 7.983/2013 também autoriza o recurso às publicações técnicas especializadas, sistema específico instituído para o setor ou pesquisa de mercado.

55. Ao escolher qual fonte extra-SINAPI utilizar, o orçamentista deverá atentar para o referencial que melhor reflita os valores praticados pelo mercado no local de execução do objeto, conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

56. De acordo com o objeto, é temerário tomar como parâmetro o preço vigente em outra localidade, dadas as diferenças típicas de um país de grandes dimensões territoriais e de diversos níveis de desenvolvimento econômico. Há inúmeros fatores de incidência local ou regional que influenciam a formação do preço: capacidade produtiva, oferta e demanda, infraestrutura logística e de transporte, carga tributária etc. - e tais circunstâncias não podem ser desprezadas na fase essencial de estimativa dos valores de referência da licitação.

57. Alguns julgados do TCU que corroboram tal premissa:

- *Ao elaborar o orçamento que servirá de base para o procedimento licitatório, o gestor tem o dever de se balizar em pesquisas do mercado local, considerando adequadamente os descontos possíveis em face da escala da obra. (Acórdãos nº 1.108/2007 e 3.059/2010 – Plenário)*
- *9.2.2. se abstenha de aderir a atas de registro de preços gerenciadas por outros órgãos e entidades quando não restarem devidamente comprovadas a adequação do objeto registrado às suas reais necessidades e a vantagem do preço registrado em relação aos preços praticados no mercado local; (Acórdão 1.202/2014 – Plenário)*
- *Nas próximas contratações com dispensa de licitação, verifique, mediante prévia pesquisa de preços em número adequado de empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, a conformidade dos preços da aquisição com aqueles correntes no mercado local, garantindo a observância dos artigos 3º e 26, inciso I, da Lei 8.666/93, permitindo justificar o preço contratado e garantindo a melhor proposta para a Administração. (Acórdão nº 2.405/2007 – 1ª Câmara)*
- *De outra parte, remanesceram duas impropriedades que devem ser objeto de ciência ao Dnit: 2) não houve consolidação das pesquisas realizadas pelos órgãos participantes, nem a elaboração pelos mesmos de pesquisa de mercado contemplando a variação de custos locais ou regionais, em afronta aos arts. 5º, inciso IV, e 6º, § 6º, do Decreto 7.892/2013. (Acórdão nº 1.893/2017 – Plenário)*
- *9.3. dar ciência à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado da Bahia sobre as seguintes desconformidades constatadas no pregão eletrônico para registro de preços: 9.3.2. ausência de pesquisa ampla de mercado, com a inclusão de custos locais ou regionais (fornecidos pelos órgãos participantes) consolidados pelo órgão gerenciador, o que contrariou os arts. 5º, inciso IV, 6º, § 6º, 7º e 9º, § 2º, todos do Decreto 7.892/2013; (Acórdão nº 10.138/2017 – 2ª Câmara)*

58. Assim, o orçamentista deve assegurar que os parâmetros extra-SINAPI adotados no orçamento de referência traduzam adequadamente os preços de mercado dos insumos ou serviços no local de execução da obra.

59. Merece especial atenção a utilização de tabelas referenciais de entes públicos de outros Estados ou municípios - as quais, segundo o Manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas do TCU, podem enquadrar-se como "sistema específico instituído para o setor":

As diversas tabelas de custos mantidas por órgãos e entidades da esfera estadual podem ser consideradas "sistemas específicos instituídos para o setor", sendo pacífica sua aceitação como fonte referencial de preços.

60. Porém, é fundamental realizar a análise crítica da adequação de tais tabelas para a realidade do mercado local da obra.

61. A autoridade inseriu o item 1.1 no Termo de Referência, indicando que no objeto licitado está incluído o fornecimento de peças, componentes e insumos.

62. Vale atentar para o entendimento do Plenário do Tribunal de Contas de União, consagrado no Acórdão nº 1.238/2016, no sentido de que é preciso licitar todos os possíveis materiais a serem utilizados, mediante a elaboração de uma estimativa, podendo-se observar, na adjudicação, o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, sendo inadmitido o sistema de reembolso, salvo no caso de o material não constar na referida tabela. Confirmam-se os trechos relevantes do aludido acórdão:

VOTO

(...)

10. Cito, como exemplo, a contratação de serviços de manutenção veicular. Não é razoável que se exija da Administração o detalhamento, em edital, das centenas, milhares de peças utilizadas em um veículo, quando se sabe antecipadamente, de forma empírica, que apenas algumas delas serão utilizadas com uma certa frequência; outras, provavelmente não serão exigidas durante a vigência do contrato. Não vejo razoabilidade, da mesma forma, em se exigir que o servidor público que elabora o termo de referência possua conhecimentos plenos de todas as peças de um veículo, especialmente ao se considerar os inúmeros modelos existentes no mercado.

11. Racionalizando esses procedimentos, a Administração licita e contrata com o mesmo fornecedor, de forma conjunta, o serviço de manutenção e as peças de reposição que se fizerem necessárias. Nesses casos, as peças são pagas com base nas tabelas de concessionárias autorizadas, sobre as quais incidem descontos ofertados na licitação. Repita-se, a Administração não elabora estimativa de forma detalhada das peças a serem utilizadas e delas não realiza pesquisas de preços. O pressuposto básico é de que os licitantes têm pleno conhecimento do mercado e condições de apresentarem suas cotações, sem qualquer prejuízo. Nesses casos, ainda que não exista expressa previsão legal, a adjudicação é feita com base no maior desconto.

(...)

32. Questiona-se, contudo: qual seria o critério de pagamento para os materiais inexistentes na tabela SINAPI? Sobre essa questão, o item 4 do anexo I do termo de referência do Pregão 211/2015, ora questionado, determina que, “caso o material, comprovadamente, não faça parte da tabela SINAPI, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três empresas da praça de Fortaleza e adquiri-lo conforme a menor cotação”.

33. O procedimento previsto mostra-se razoável, desde que sejam observadas as seguintes orientações: i) o contratado apresentaria a proposta, com base em pesquisa realizada junto três fornecedores, e a administração, com base em pesquisa por ela realizada, também junto a três fornecedores, confirmaria ou não o preço proposto; ii) sobre os preços negociados, incidiria o mesmo desconto dado para os materiais constantes da tabela SINAPI, uma vez que regularmente os preços ofertados em licitações estão abaixo daqueles estimados pela administração.

34. A esse respeito, é pertinente, inclusive, que se determine à universidade que mude o critério para pagamento dos materiais que não constam da tabela Sinapi, para: i) contemplar a forma de negociação logo acima descrita; e ii) sobre os preços pesquisados, incida o mesmo desconto dado na tabela Sinapi.

Reajuste dos materiais

(...)

37. Por essa razão, deve ser determinado à universidade que efetue os pagamentos dos serviços realizados com base nos preços da tabela Sinapi da data da licitação, uma vez que não foi fixado no edital nenhuma outra tabela como referencial de reajuste para os insumos e materiais.

(...)

40. Por último, o presente processo permitiu verificar a existência de diversas formas de licitar e contratar serviços com o fornecimento de material. Nessa linha, verificou-se, por exemplo, a possibilidade de licitar os materiais com base no maior desconto dado sobre os preços fixados em uma determinada tabela, a exemplo do Sinapi.

41. Já com relação à manutenção de elevadores e de ar-condicionado, em razão das dificuldades, quiza da impossibilidade de estimar preços e quantidades, as licitações, no mais das vezes, estão

sendo realizadas com base em estimativas de preços e materiais obtidas junto ao mercado, de forma global. Isto é, a administração descreve as características do elevador ou do ar-condicionado e solicita uma cotação. Com essa informação, estima o valor da contratação, em que estão incluídos peças e serviços.

42. Não é incomum, também, a contratação apenas dos serviços e as peças e os materiais serem fornecidos pela administração, que realiza verdadeiro malabarismo para adquiri-las.

43. Constata-se, portanto, que referidos serviços exigem estudos detalhados com o objetivo de fixar critérios e padrões que uniformizem, dentro do possível, os procedimentos adotados para a contratação, de forma a evitar entendimentos os mais diversos pelos administradores e órgãos de controle.

(Tribunal de Contas da União, Processo nº 035.988/2015-0, Acórdão nº 1.238/2016, Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes, data da sessão: 18/05/2016) (negritos nossos).

63. Portanto, segundo a orientação do Tribunal de Contas da União, recomenda-se licitar a parcela mais significativa das possíveis peças e materiais a serem utilizados durante a contratação, ainda que mediante a elaboração de uma lista estimativa, podendo-se observar, na adjudicação, o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados na tabela SINAPI, em tabela oficial do setor ou mediante pesquisa de mercado, sendo inadmitido o sistema de reembolso, salvo no caso de o material não constar na referida tabela.

64. Mesmo se reconhecendo as dificuldades do planejamento exaustivo para este tipo de contratação, em vista da necessidade de estimativa com maior grau de precisão possível para os materiais, peças e outros serviços envolvidos na contratação, recomenda-se ao gestor especificar, quantificar e estimar os serviços, peças e outros insumos que eventualmente venham a ser necessários na execução da manutenção, utilizando preferencialmente a tabela SINAPI para a mensuração dos custos, recomendando-se, ainda, estabelecer o limite de gastos para esta parte da contratação. Desta forma, a proposta vencedora minimamente contemplará preços e quantidades da parte variável, proporcionando maior segurança à contratação.

65. Além disso, conforme Resposta à Consulta Tributária 24683/2021, de 19 de novembro de 2021, no emprego de partes e peças nos serviços de manutenção, conserto ou reparo de máquinas e equipamentos, há incidência do ICMS no fornecimento de peças. Ao emitir a Nota Fiscal, deverá ser destacado o ICMS incidente sobre a operação, o qual terá por base de cálculo o preço corrente das mercadorias fornecidas ou empregadas.

66. Em caso de realização da pesquisa de mercado, aplicam-se subsidiariamente as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

67. Isso porque uma das metodologias subsidiárias do Decreto nº 7.983/2013 é justamente a realização de pesquisa de mercado para determinados custos de insumos ou serviços que não estejam contemplados no SINAPI ou, eventualmente, nos demais parâmetros do art. 6º do Decreto. Nesse ponto, atente-se que o art. 3º da IN preza justamente pela necessidade de formalização dos procedimentos da pesquisa de preços:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

68. Portanto, mesmo nas licitações para obras e serviços de engenharia, sempre que realizada pesquisa de mercado para obtenção de alguma cotação de custos complementar, devem ser juntados aos autos os documentos correspondentes, para fins de adequada instrução processual.

69. Aliás, também o TCU recomenda a utilização dos referidos parâmetros principais no Informativo Licitações e Contratos nº 448/2022:

3. Em obras custeadas com recursos da União, diante da necessidade de se recorrer à pesquisa de preços de insumos e serviços por meio de cotações de mercado, em razão de estes não estarem previstos em sistemas oficiais de referência de preços (parte final do art. 6º do Decreto 7.983/2013), devem ser adotados os seguintes procedimentos:

a) fazer constar nos autos do processo de licitação os parâmetros de busca introduzidos (as palavras chaves, o período, as especificações etc.) com a impressão da página da internet; como também os dados inerentes à pesquisa, a exemplo do responsável pela pesquisa, órgão consultado, número da licitação, nome do vendedor, meio de consulta, data da pesquisa, URL do site, CNPJ do fornecedor, quantidade, valor e especificação do objeto, bem como as demais condições de pagamento e entrega;

b) na cotação direta com os fornecedores, somente admitir os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 dias;

c) para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não considerar os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo;

d) buscar, na pesquisa de mercado, o mínimo de três cotações de fornecedores distintos e, caso não seja possível obter esse número, elaborar justificativa circunstanciada.

70. Assim, cabe seguir tais disposições da IN nº 65/2021 quando adotado o procedimento de pesquisa de mercado na composição de algum dos custos unitários das obras ou serviços de engenharia. Não basta simplesmente anexar propostas de preço ao processo - é necessário um ritual mais amplo de formalização, análise e conferência dos valores coletados.

71. A preocupação fundamental é realizar pesquisa de preços idônea e fidedigna, capaz de propiciar uma estimativa coerente do custo do objeto licitado - e deve ser sempre o foco do órgão público, lançando mão de todos os meios viáveis para tanto.

72. Finalmente, vale chamar atenção também para a necessidade de que as contratações públicas sigam os preços atuais de mercado.

73. Por decorrência lógica, a pesquisa que define os valores de referência da licitação deve ser recente, dentro dos limites viáveis para a Administração.

74. Como critério objetivo, pode-se adotar o intervalo máximo de até seis meses de antecedência da data de divulgação do edital da licitação, referido no inciso III do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021 para a metodologia de tabelas referenciais formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal - parâmetro compatível com a natureza da tabela SINAPI.

75. Significa dizer que, ultrapassado tal prazo sem a efetivação da licitação, o orçamentista deverá avaliar a necessidade de atualização da estimativa de custos dos serviços e insumos que compõem a planilha orçamentária da

Jonias a

arco atu

postas

riso IV o

to be a ser li

Irídica -

lores qu

980) al

3.3. *de*

ncia form

TI/MP

ações si

adaptacõ

creto n.

mos do

79. Apesar de declarar que, para a definição do preço estimado, foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas, de contratações similares e também junto às empresas do mercado, apenas foram juntadas pesquisas diretas com fornecedores (SEI 44067952).

80. Por outro lado, no Relatório de pesquisas (SEI 44067975), o gestor informa que *"A pesquisa de preços foi feita através de pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação (...) Além disso, não foram encontradas contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas"*.

81. Recomenda-se que o gestor uniformize as informações contidas nos mencionados documentos, mencionando se, além da pesquisa direta com fornecedores, também foi feita pesquisa de contratações similares feitas pela Administração Pública.

Detalhamento da composição do BDI

82. Conforme informado na Súmula TCU nº 258, é obrigatório o detalhamento dos encargos sociais e do BDI no orçamento de referência da licitação:

Súmula TCU nº 258 - As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão 'verba' ou de unidades genéricas.

83. A mesma premissa consta do art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, de acordo com o qual devem ser evidenciados, no mínimo, os seguintes componentes do BDI: taxa de rateio da administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalíssima que oneram o contratado; taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, e taxa de lucro.

84. Em relação ao BDI para materiais e equipamentos, a Administração deve observar o que dispõe a Súmula n.º 253 do TCU, que trata do BDI reduzido:

"Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza espec que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonifica Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens".

85. Cabe ao orçamentista esclarecer se o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos incidirá ou não na presente licitação, segundo as premissas do art. 9º, § 1º, do Decreto nº 7.983/2013, apresentando a motivação técnica pertinente.

86. Em caso de resposta positiva, deverá elaborar composição própria para o BDI reduzido, segundo os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, justificando a opção pelo 1º quartil (mais baixo), médio ou 3º quartil (mais elevado), de acordo com as peculiaridades do objeto licitado.

87. No caso em análise, no ETP (SEI 44067948), a Administração informa que não se aplica ao presente caso análise de BDI, apresentando as seguintes razões:

88. Como se trata de tópico referente a matéria técnica, cabe exclusivamente à Administração manifestar-se a respeito deste tema.

90. No caso, a ART referente aos documentos técnicos encontra-se no Doc. SEI nº 44067961.

94. No caso em análise, no ETP (SEI 44067948), a Administração informa que não se aplica ao presente caso análise da Curva ABC, apresentando as seguintes razões:

“4. Descrição dos Requisitos da Contratação Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Termo de Referência. - CATSER 16691 - Inspeção e avaliação de manutenção - elevador / escada rolante Adotou-se a empreitada por preço global, em virtude da definição das quantidades dos serviços a contratar, serem obtidas previamente com boa margem de precisão, bem como as medições e pagamentos serão realizados através de etapas pré-estabelecidas e de fácil aferição, priorizando o controle de qualidade da execução das atividades. A mediana das cotações de fornecedores locais foi utilizada como método para obtenção do preço estimado, de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI /MPDG nº 65, de julho de 2021. Assim, não se aplica análise de BDI, regime tributário desonerado ou não, nem curva ABC”.

Elaboração de cronograma físico-financeiro

95. Não se vislumbrou nos autos o cronograma físico-financeiro. Recomenda-se incluí-lo, no contrato ou em anexo do edital, com a especificação completa das etapas necessária à medição, ao monitoramento e ao controle dos serviços, conforme determina o art. 12 do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Elaboração de projeto executivo

96. A Lei nº 14.133/2021 dispensa a elaboração de projeto executivo para as obras e serviços comuns de engenharia, quando o ETP demonstrar a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, bastando então que a especificação do objeto seja realizada em termo de referência ou em projeto básico (art. 18, § 3º).

97. No processo em análise, o Termo de Referência pode ser localizado no Doc. SEI 44067984.

V – MINUTAS

98. Verifica-se que a autoridade competente adotou as minutas-padrão de Edital, de Termo de Referência e de Termo de Contrato elaboradas pelo CCA/PGFN.

99. Sobre a adoção de minutas-padrão, previamente examinadas e aprovadas pela assessoria jurídica do órgão, em procedimentos idênticos, cumpre registrar que é admitida pelo TCU, o qual entendeu que a utilização de tal procedimento não fere o dispositivo legal que impõe a prévia manifestação da assessoria jurídica sobre a regularidade das minutas dos editais, dos contratos e demais instrumentos congêneres.

100. A Corte de Contas da União, com esboço nos princípios da eficiência e proporcionalidade, manifestou-se favoravelmente à possibilidade de utilização de minutas-padrão, desde que se refiram a procedimentos idênticos em relação ao objeto versado.

101. A PGFN também já se manifestou sobre o assunto por meio do Parecer PGFN/CJU/COJLC/Nº 2355/10.

102. Dessa forma, salutar a utilização das referidas minutas, eis que tal medida coaduna-se com os princípios da legalidade e eficiência.

103. Conforme já adiantado em linhas volvidas, as minutas seguem os termos das minutas-padrão disponibilizadas pelo CCA/PGFN, pelo que a presente análise se restringe às alterações indicadas no Termo de Responsabilidade juntado no Doc. SEI nº 44067989.

104. Alerta-se, por oportuno, que se qualquer outra inclusão/exclusão/alteração foi feita nas minutas-padrão e não foi apontada no Termo de Responsabilidade, ou destacada nas minutas, NÃO foi analisada por esse Consultivo. Assim, entende-se que os modelos-padrão escolhidos foram adotados na íntegra. Se assim não ocorreu, o Termo de Responsabilidade deve ser complementado e sujeito a reexame, sob responsabilidade do declarante.

105. Quanto ao Termo de Referência, algumas observações devem ser feitas.

106. No item 4.8, o gestor informa que não será admitida a subcontratação do objeto contratual. No entanto, no Termo de Responsabilidade (SEI 44067989), declara que "4.8. Permitir subcontratação parcial conforme orientação da equipe de engenharia". No ETP, consta que não será admitida a subcontratação dos serviços. Diante da discrepância, sugere-se que a opção seja corrigida no Termo de Responsabilidade.

Edital

107. A minuta de Edital do Pregão (SEI 39819063), por sua vez, cumpre satisfatoriamente as exigências inscritas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido adotado o modelo correspondente da AGU na sua versão mais atualizada (maio de 2023).

Termo de contrato

108. A minuta de termo de contrato (SEI 44067967) está em conformidade com os requisitos aplicáveis do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido adotado o modelo correspondente da AGU na sua versão mais atualizada (maio de 2023).

109. No preâmbulo, recomenda-se retificar o órgão responsável pela licitação e respectivos dados, bem como corrigir o número do processo administrativo.

110. Sugere-se que a Administração utilize a redação do item 2.3 da minuta padrão, uma vez que os itens 2.1 e 2.2 devem ser utilizados para contratos de escopo. A Lei nº 14.133/21 define os serviços contratados por escopo como aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto (art. 6º, XVII).

111. O Parecer nº 13/2013/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU explica a distinção entre contrato de escopo e contrato de execução continuada:

"A classificação do contrato administrativo como de escopo é utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. Segundo essa distinção, de escopo seriam aqueles contratos que "impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida. Uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure [...]". Nos contratos de execução continuada, as obrigações se renovam no tempo, não havendo uma só obrigação específica e definida, a ser cumprida em determinado prazo e depois de cujo adimplemento ficaria o devedor liberado do contrato. Nos contratos de execução continuada, o serviço é prestado enquanto o contrato existir, já nos contratos de escopo o que interessa é a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao objeto. São exemplos mais comuns de contrato de execução continuada os de limpeza e de vigilância; como típico contrato de escopo está o de obra pública".

112. Por fim, na cláusula décima oitava, recomenda-se retificar o foro eleito para dirimir eventuais litígios.

VI – PUBLICIDADE

anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do Edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

114. Após a homologação do processo licitatório, é obrigatória também a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

VII – CONCLUSÃO

115. Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, de preço e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados a seguir:

- a) Observar os requisitos pessoais e o princípio da segregação de funções na designação do Agente de Contratação e equipe de apoio, conforme arts. 10 e 12 do Decreto 11.246/2022 (par. 28 e 29);*
- b) Declarar expressamente se os integrantes da equipe de planejamento possuem formação em engenharia e/ou arquitetura, conforme exigência do art. 22, §1º, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017 (par. 31);*
- c) Certificar-se de que o Mapa de Riscos está de acordo com o modelo disponível no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2 do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (par. 41);*
- d) Juntar aos autos nova versão do Mapa de Riscos após a fase de seleção do fornecedor e após eventos relevantes da fase da execução contratual, como determina o artigo 26 da IN nº 05/2017 (par. 42 e 43);*
- e) Recomenda-se licitar a parcela mais significativa das possíveis peças e materiais a serem utilizados durante a contratação, ainda que mediante a elaboração de uma lista estimativa, podendo-se observar, na adjudicação, o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados na tabela SINAPI, em tabela oficial do setor ou mediante pesquisa de mercado, sendo inadmitido o sistema de reembolso, salvo no caso de o material não constar na referida tabela (par. 63);*
- f) Mesmo se reconhecendo as dificuldades do planejamento exaustivo para este tipo de contratação, em vista da necessidade de estimativa com maior grau de precisão possível para os materiais, peças e outros serviços envolvidos na contratação, recomenda-se ao gestor especificar, quantificar e estimar os serviços, peças e outros insumos que eventualmente venham a ser necessários na execução da manutenção, utilizando preferencialmente a tabela SINAPI para a mensuração dos custos, recomendando-se, ainda, estabelecer o limite de gastos para esta parte da contratação (par. 64);*
- g) Observar a exigência de que, nas propostas dos fornecedores, também se inclua o valor unitário dos objetos a serem licitados, conforme previsto no art. 5º, §2º, II, da IN nº 73/2020 (par. 77);*
- h) Uniformizar as informações contidas nos TJTR (SEI 44067980) e no Relatório de Pesquisas (SEI 44067975), mencionando se, além da pesquisa direta com fornecedores, também foi feita pesquisa de contratações similares feitas pela Administração Pública (par. 81);*
- i) Incluir o cronograma físico-financeiro no contrato ou em anexo do edital, com a especificação completa das etapas necessária à medição, ao monitoramento e ao controle dos serviços, conforme determina o art. 12 do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 (par. 95);*
- j) Observar as recomendações sugeridas para as minutas de Termo e Referência e de Termo de Contrato*

116. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU.

É o parecer.

À consideração superior.

MARIANA SENA VIEIRA
Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. Encaminhem-se os autos à SRRF02.

MÔNICA ELLEN PINTO BEZERRA ANTINARELLI
Procuradora–Chefe da Divisão de Consultoria e Assessoramento Jurídico - DICAJ1
(no exercício constante do art. 18, II, da Portaria PGAD/PGFN/MF nº. 1153/2024)



Documento assinado eletronicamente por Mônica Ellen Pinto Bezerra Antinarelli, Chefe(a) de Divisão, em 13/08/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Mariana Sena Vieira Pauperio Pereira, Procurador(a) da Fazenda Nacional, em 13/08/2024, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 44195265 e o código CRC A5AF2D9F.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento juntado ao processo em 09/08/2024 decorrente de ato de servidor habilitado. Corresponde à fé pública do servidor.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento originário de Sistema de Processo Eletrônico diferente do e-Processo.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 02/09/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP02.0924.15540.BK5H

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
A48E19E3A7334A96955FDD8C4AAB21843E6589EC82645A9576BBC7FC750252B4